



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL
PR

PROCESSO TIPO COMPRAS E LICITAÇÕES - Nº 248 / 2024

DATA: 29/01/24 - 14:18

Requerente: 17-Secretaria de Educação e Cultura

CPF/CNPJ: 76.105.592/0001-78

RG/Insc. Est.:

Endereço: Carlos Alberto Ribeiro, 21

Complemento: Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul

Bairro Centro

Cidade: -PR

CEP: 83450-000

Telefone: 36753968

Celular:

ASSUNTO/MOTIVO: 49-SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Abertura de Processo Licitatório

Arquivos Vinculados

Data	Usuário	Descrição	Documento
29/01/2024 14:18:38	07157966905	Mapa de cotacao.pdf	ANALISE DE COTAÇÃO
29/01/2024 14:18:38	07157966905	Anexo 01 - 402.pdf	ANEXO I
29/01/2024 14:18:38	07157966905	Planilha SINAPI.pdf	COTAÇÃO(ÕES)
29/01/2024 14:18:38	07157966905	Termo de Referencia 02.pdf	TERMO DE REFERÊNCI
29/01/2024 14:18:38	07157966905	ETP 02.pdf	
30/01/2024 10:09:15	08298266960	D-061-ARQ-003 - QUADRA PAC (1).pdf	
30/01/2024 10:09:15	08298266960	D-061-ARQ-001 - QUADRA PAC (2).pdf	
30/01/2024 10:09:15	08298266960	D-061-ARQ-002 - QUADRA PAC (1).pdf	
27/02/2024 13:09:07	08034847801	Parecer Contabil 043_2024.pdf	

Zona:

Quadra:

Data: 29/01/2024

Cadastro

Sua senha é: 28342

Funcionário

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP Nº 02/2024	Data da Elaboração: 23/01/2024
ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria de Educação e Cultura. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02/2024 OBJETO: Contratação de serviços de engenharia, para reforma na quadra esportiva da Escola Municipal Pedro Alberto Costa.	

1.DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A solicitação ora especificada no presente Estudo técnico preliminar tem por justificativa, a iniciação esportiva educacional tem sua importância por auxiliar na prevenção de problemas educacionais, sociais e de promoção da saúde. E, estrategicamente, a prevenção mostra resultados notáveis no combate à violência, evasão escolar, a redução de doenças, ao uso de drogas, à exclusão social e a muitas outras adversidades que afligem nossa sociedade.

A atividade física realizada de forma regular, quando planejada e dirigida de forma adequada por um profissional de Educação Física, é considerada uma importante aliada na diminuição de doenças relacionadas ao estilo de vida sedentário e ao excesso de peso corporal. Cabe ao profissional de Educação Física, através dos seus conhecimentos específicos, promover as atividades físicas e esportivas para a sociedade, objetivando a promoção da saúde integralmente.

A BNCC categoriza as práticas corporais em seis unidades temáticas que aparecem ao longo de todo o Ensino Fundamental. Segundo a Base, é fundamental que os alunos tenham contato com o maior número possível de práticas e que todos estejam preparados para acolher a diversidade que representam. A partir dessas experiências, os alunos podem ressignificar a própria cultura. Outro aspecto importante é que os estudantes pensem sobre os valores inerentes às práticas e que possam desenvolver habilidades socioemocionais ao vivenciá-las.

Segundo a professora Isabel Porto Filgueiras, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu, a BNCC enfatiza, também, o protagonismo dos alunos: "Além de experimentar e fruir, os estudantes devem ser estimulados a adaptar essas práticas a contextos específicos. Então, ao mesmo tempo que se apropriam daquilo que já foi construído, podem transformar as práticas segundo a própria realidade". Conheça as seis unidades temáticas propostas pela Base.

Atualmente a Escola Municipal Pedro Alberto Costa conta com 783 estudantes, desde o primeiro ano do ensino fundamental ao quinto ano do ensino fundamental. Estes alunos estão distribuídos em 15 turmas em cada período manhã e tarde. Apesar do grande número de estudantes, não há uma oferta equânime de programas de incentivo e formação esportiva que atenda as amplas necessidades

de movimento e de participação social, imprescindíveis para o crescimento e desenvolvimento humano.

Com a modernização da quadra de esportes da escola Pedro Alberto Costa, teremos um local apropriado e equipamentos adequados para que os estudantes possam se realizar o desenvolvimento de atividades de consciência corporal.

A presente reforma será realizada mediante recurso recebido para esta r. secretaria via emenda Parlamentar, conforme documentos em anexo.

LOTE	LOTE	Reforma Quadra Escola Pedro Alberto Costa					
Meta	Meta	1.	SINAPI		Reforma Quadra Escola Pedro Alberto Costa	Unidade	Quantidade
Nível 2	Nível 2	1.1.	SINAPI		Administração Local		
Serviço	Serviço	1.1.1.	Composição	COMP02	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	4,00
Serviço	Serviço	1.1.2.	SINAPI	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00
Serviço	Serviço	1.1.3.	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	60,00
Serviço	Serviço	1.1.4.	SINAPI	93208	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	M2	6,00
Nível 2	Nível 2	1.2.	SINAPI		Execução de piso de concreto		
Serviço	Serviço	1.2.1.	SINAPI	99811	LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO. AF_04/2019	M2	676,04
Serviço	Serviço	1.2.2.	SINAPI	97087	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_09/2021	M2	676,04
Serviço	Serviço	1.2.3.	SINAPI	97086	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE	M2	7,49

					SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021		
Serviço	Serviço	1.2.4.	SINAPI	101747	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF_09/2020	M2	676,04
Serviço	Serviço	1.2.5.	SINAPI	97090	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-138. AF_09/2021	KG	1.487,29
Serviço	Serviço	1.2.6.	SINAPI	102492	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	472,41
Serviço	Serviço	1.2.7.	SINAPI	102504	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA ACRÍLICA, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	280,00
Nível 2	Nível 2	1.3.	SINAPI		Reforma de muro existente		
Serviço	Serviço	1.3.1.	SINAPI	96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	M2	220,00
Serviço	Serviço	1.3.2.	SINAPI	88423	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. AF_06/2014	M2	220,00
Serviço	Serviço	1.3.3.	SINAPI	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	110,00
Nível 2	Nível 2	1.4.	SINAPI		Remoção de alambrado existente		

Serviço	Serviço	1.4.1.	SINAPI	104801	REMOÇÃO DE ALAMBRADOS PARA QUADRAS POLIESPORTIVAS, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	144,00
Nível 2	Nível 2	1.5.	SINAPI		Construção de alambrado		
Serviço	Serviço	1.5.1.	SINAPI	102364	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M2	424,00
Serviço	Serviço	1.5.2.	Composição	COMP01	PORTÃO EM TELA DE ALAMBRADO, DUAS FOLHAS, DE ABRIR COM ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO E FERRAGENS. 2,0x2,5 m	conj.	1,00
Nível 2	Nível 2	1.6.			Drenagem	-	-
Serviço	Serviço	1.6.1.	Composição	COMP03	BUZINOTES DE DRENAGEM EM TUBO DE PVC 100mm	UNID.	5,00
Nível 2	Nível 2	1.7.	SINAPI		Serviços complementares		
Serviço	Serviço	1.7.1.	SINAPI	103769	PAR DE TABELAS DE BASQUETE DE COMPENSADO NAVAL, COM AROS E REDES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	UN	1,00

Serviço	Serviço	1.7.2.	SINAPI-I	25398	CONJUNTO PARA FUTSAL COM PAR DE TRAVES OFICIAIS DE 3,00 X 2,00 M EM TUBO DE ACO GALVANIZADO 3" COM REQUADROS EM TUBO DE 1", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTETICO E REDES DE POLIETILENO FIO 4 MM	UN	1,00
Serviço	Serviço	1.7.3.	SINAPI-I	25399	CONJUNTO PARA QUADRA DE VOLEI COM POSTES EM TUBO DE ACO GALVANIZADO 3", H = *255* CM, PINTURA EM TINTA ESMALTE SINTETICO, REDE DE NYLON COM 2 MM, MALHA 10 X 10 CM E ANTENAS OFICIAIS EM FIBRA DE VIDRO	UN	1,00
Serviço	Serviço	1.7.4.	Composição	COMP04	PONTO DE ILUMINAÇÃO COM DUAS LUMINÁRIAS TIPO REFLETOR LED 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CONJ.	4,00

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação não está incluída no Plano de Contratações Anual, pois o referido documento ainda não foi elaborado em razão da recente transição da Lei 14.133/2021. Vale ressaltar que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. A empresa que não possui registro no Estado do Paraná deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA e/ou CAU do seu Estado e, no caso de sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, quando da assinatura da Ata, visto do CREA- PR e/ou CAU-PR.

3.2 Se no momento da licitação a empresa estiver com Certidão Positiva de Débitos junto ao CREA/CAU, a mesma não será inabilitada no certame. Porém, sendo declarada vencedora do certame, deverá apresentar Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa em até 30 (trinta) dias após a adjudicação do certame.

3.3. Atestado(s) e/ou declaração(ões) em nome da proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de, pelo menos, um serviço de semelhante complexidade tecnológica e operacional, contemplando **piso em concreto armado com 338 m² ou 23,3 m³, e Alambrado com 106 m² de área.**

3.4 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) de qualificação técnica deverão conter descrição dos serviços prestados, contendo dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados nos domínios de qualificação técnica aqui apresentados.

3.5 É permitido a um PROPONENTE apresentar mais de um atestado emitido pela mesma pessoa jurídica, desde que cada atestado seja referente a um projeto distinto. Entende-se por projetos distintos aqueles que apresentarem objetos diferentes entre si, representados por instrumentos contratuais distintos, ainda que os atestados sejam referentes à mesma disciplina.

3.6 Declaração indicando o(s) profissional(is) que atuará(ã)o como responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços licitados (Anexo XIII), sendo este(s) no mínimo 01 (um) Engenheiro(a) Civil e/ou Arquiteto(a).

3.7 A Declaração de Responsabilidade Técnica (Anexo XIII) deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) pela licitante, emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA" ou pelo "Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU" de execução de, no mínimo, um serviço de semelhante complexidade tecnológica e operacional, contemplando **piso em concreto armado com 338 m² ou 23,3 m³, e Alambrado com 106 m² de área.**

3.8 Certidão de registro do(s) profissional(is) indicado(s) no Anexo XIII no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade.

3.9 Se no momento da licitação o(s) profissional(is) estiver(em) com Certidão Positiva de Débitos junto ao CREA/CAU, a licitante não será inabilitada no certame. Porém, sendo declarada vencedora do certame, deverá apresentar Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa do(s) profissional(is) elencado(s) em até 30 (trinta) dias após a adjudicação do certame, conforme previsto no Anexo I deste Edital.

3.10 O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deve(m) assinar a planilha de orçamento proposto, com indicação de número no conselho (CREA/CAU).

3.11 É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.

3.12 A empresa que não apresentar os requisitos mínimos de acervos técnicos citados nos itens anteriores estará inabilitada.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Não foram realizados levantamentos de mercado, visto que o projeto tem seus orçamentos aprovados pela Caixa Econômica Federal, por se tratar de emenda parlamentar. O orçamento foi realizado pelo engenheiro responsável, da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após o levantamento de mercado reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública é realização de concorrência, necessário para atender as demandas das atividades da Administração Municipal.

O processo realizar-se-á através de contratação de empresas, conforme condições a serem definidas em edital.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

Para a solução em questão não será adotada o parcelamento, vez que inviável para o caso em apreço.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação em tela a Secretaria de Educação pretende adquirir padrão de qualidade necessária para uma melhor efetividade da aprendizagem educacional por meio de atividades físicas.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em razão das características da contratação, não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas ou interdependentes para a presente solução.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos.


13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Bocaiúva do Sul/PR, 23 de janeiro de 2023.

Equipe responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar:

Servidor Responsável



Carmem Bueno do Nascimento
Secretário Municipal de Educação e Cultura
Decreto 524/2022

AUTORIZO o prosseguimento do procedimento para abertura de processo, objetivando a contratação de serviços de engenharia para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Otavio Maurilio Alberti Goetten de Oliveira
Prefeito Municipal

ANÁLISE DE RISCOS
(ART. 72, INCISO I, DA LEI 14.133/2021)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMA NA QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALBERTO COSTA.

RISCO 01			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE NÃO TENHA CAPACIDADE DE EXECUTAR O CONTRATO			
PROBABILIDADE	() BAIXA	(x) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO	() BAIXO	() MÉDIO	(x) ALTO
DANO			
PRESTADORES DE SERVIÇOS SEM QUALIFICAÇÃO ADEQUADA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL
INCLUIR NO TERMO DE REFERÊNCIA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS TÉCNICOS.			SECRETARIA REQUISITANTE

RISCO 02			
INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO			
PROBABILIDADE	() BAIXA	(x) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO	() BAIXO	() MÉDIO	(x) ALTO
DANO			
AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE À EXECUÇÃO DO CONTRATO			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL
INCLUIR NO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO A PREVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTES À EXECUÇÃO.			FISCAL DO CONTRATO

RISCO 03			
PROBLEMAS DE LIQUIDEZ FINANCEIRA			
PROBABILIDADE	() BAIXA	(x) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO	() BAIXO	() MÉDIO	(x) ALTO
DANO			
A CONTRATADA APRESENTA PROBLEMAS DE CAIXA, IMPOSSIBILITANDO A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS.			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL
EXIGÊNCIA DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DA CONTRATADA, EXIGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL MÍNIMO COMPATÍVEL COM O VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO.			CONTRATADA

Bocaiúva do Sul/PR, 23 de janeiro de 2024.

Carmem Bueno do Nascimento
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



BOCAIÚVA DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

PEDIDO DE INÍCIO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 402/2024

Origem:

Data: 29/01/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de reforma na quadra esportiva da Escola Municipal Pedro Alberto Costa.

Valor Total: R\$ 295.091,34 (duzentos e noventa e cinco mil e noventa e um reais e trinta e quatro centavos)

Justificativa: A solicitação ora especificada no presente Estudo técnico preliminar tem por justificativa, a iniciação esportiva educacional tem sua importância por auxiliar na prevenção de problemas educacionais, sociais e de promoção da saúde. E, estrategicamente, a prevenção mostra resultados notáveis no combate à violência, evasão escolar, a redução de doenças, ao uso de drogas, à exclusão social e a muitas outras adversidades que afligem nossa sociedade.

A atividade física realizada de forma regular, quando planejada e dirigida de forma adequada por um profissional de Educação Física, é considerada uma importante aliada na diminuição de doenças relacionadas ao estilo de vida sedentário e ao excesso de peso corporal. Cabe ao profissional de Educação Física, através dos seus conhecimentos específicos, promover as atividades físicas e esportivas para a sociedade, objetivando a promoção da saúde integralmente.

A BNCC categoriza as práticas corporais em seis unidades temáticas que aparecem ao longo de todo o Ensino Fundamental. Segundo a Base, é fundamental que os alunos tenham contato com o maior número possível de práticas e que todos estejam preparados para acolher a diversidade que representam. A partir dessas experiências, os alunos podem ressignificar a própria cultura. Outro aspecto importante é que os estudantes pensem sobre os valores inerentes às práticas e que possam desenvolver habilidades socioemocionais ao vivenciá-las.

Segundo a professora Isabel Porto Filgueiras, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu, a BNCC enfatiza, também, o protagonismo dos alunos: "Além de experimentar e fruir, os estudantes devem ser estimulados a adaptar essas práticas a contextos específicos. Então, ao mesmo tempo que se apropriam daquilo que já foi construído, podem transformar as práticas segundo a própria realidade". Conheça as seis unidades temáticas propostas pela Base.

Atualmente a Escola Municipal Pedro Alberto Costa conta com 783 estudantes, desde o primeiro ano do ensino fundamental ao quinto ano do ensino fundamental. Estes alunos estão distribuídos em 15 turmas em cada período manhã e tarde. Apesar do grande número de estudantes, não há uma oferta equânime de programas de incentivo e formação esportiva que atenda as amplas necessidades de movimento e de participação social, imprescindíveis para o crescimento e desenvolvimento humano.

Com a modernização da quadra de esportes da escola Pedro Alberto Costa, teremos um local apropriado e equipamentos adequados para que os estudantes possam se realizar o desenvolvimento de atividades de consciência corporal.

A presente reforma será realizada mediante recurso recebido para esta r. secretaria via emenda Parlamentar, conforme documentos em anexo

Lote	Ordem	Item	Unidade	Especificação	Quantidade	Vlr Máx.	Unit.	Vlr Máx.	Total
1	1	17181	JNIDADE	REFORMA NA QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALBERTO COSTA. NOS TERMOS DA PLANILHA ORÇAMENTARIA (PO) EM ANEXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.	1,00	295.091,34		295.091,34	

Prazo de Execução: 180

Prazo de vigência:

Condições de Entrega: Escola Municipal Pedro Alberto Costa

Condições de Pagamento: 30

Programática	Dotação	Fonte	Saldo
0900312361001720293390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDI	102	150.000,00



BOCAIÚVA DO SUL

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L

LUÍZ GUILHERME FRANCO ABRAHÃO

Fiscal de Contrato

Emissor: Marília Mottin Leonardo

CARMEM BUENO DO NASCIMENTO

Secretário(a) Responsável

**Certifico a Existência de Dotação
e Saldo Orçamentário**

Marcos Nishida Auki
Contador

**Certifico a Previsão de Saldo
Financeiro**

Paula Emanoela Nunes Trappel de Souza
Secretária Municipal de Finanças

AUTORIZAÇÃO

Eu, **OTAVIO MAURILIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA**, Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, diante das informações constantes no Pedido de Início de Processo Licitatório nº 402/2024, autorizo a instauração do processo licitatório.

OTAVIO MAURILIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 02/2024

(Processo Administrativo nº 402/2024)

1.DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realização de reforma na quadra esportiva da Escola Municipal Pedro Alberto Costa.

Nesse termos da Planilha Orçamentaria (PO) em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.O prazo de vigência da contratação é de 12 meses.

1.3.O custo estimado total da contratação é de R\$ 295.091,34 ((duzentos e noventa e cinco mil, noventa e um reais e trinta e quatro centavos), conforme documentos pertinentes em anexo.

1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A solicitação ora especificada no presente Estudo técnico preliminar tem por justificativa, a iniciação esportiva educacional tem sua importância por auxiliar na prevenção de problemas educacionais, sociais e de promoção da saúde. E, estrategicamente, a prevenção mostra resultados notáveis no combate à violência, evasão escolar, a redução de doenças, ao uso de drogas, à exclusão social e a muitas outras adversidades que afligem nossa sociedade.

A atividade física realizada de forma regular, quando planejada e dirigida de forma adequada por um profissional de Educação Física, é considerada uma importante aliada na diminuição de doenças relacionadas ao estilo de vida sedentário e ao excesso de peso corporal. Cabe ao profissional de Educação Física, através dos seus conhecimentos específicos, promover as atividades físicas e esportivas para a sociedade, objetivando a promoção da saúde integralmente.

A BNCC categoriza as práticas corporais em seis unidades temáticas que aparecem ao longo de todo o Ensino Fundamental. Segundo a Base, é fundamental que os alunos tenham contato com o maior número possível de práticas e que todos estejam preparados para acolher a diversidade que representam. A partir dessas experiências, os alunos podem ressignificar a própria cultura. Outro aspecto importante é que os estudantes pensem sobre os valores inerentes às práticas e que possam desenvolver habilidades socioemocionais ao vivenciá-las.

Segundo a professora Isabel Porto Filgueiras, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu, a BNCC enfatiza, também, o protagonismo dos alunos: "Além de experimentar e fruir, os estudantes devem ser estimulados a adaptar essas práticas a contextos específicos. Então, ao mesmo tempo que se apropriam daquilo que já foi construído, podem transformar as práticas segundo a própria realidade". Conheça as seis unidades temáticas propostas pela Base.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atualmente a Escola Municipal Pedro Alberto Costa conta com 783 estudantes, desde o primeiro ano do ensino fundamental ao quinto ano do ensino fundamental. Estes alunos estão distribuídos em 15 turmas em cada período manhã e tarde. Apesar do grande número de estudantes, não há uma oferta equânime de programas de incentivo e formação esportiva que atenda as amplas necessidades de movimento e de participação social, imprescindíveis para o crescimento e desenvolvimento humano.

Com a modernização da quadra de esportes da escola Pedro Alberto Costa, teremos um local apropriado e equipamentos adequados para que os estudantes possam se realizar o desenvolvimento de atividades de consciência corporal.

A presente reforma será realizada mediante recurso recebido para esta r. secretaria via emenda Parlamentar, conforme documentos em anexo

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A construção de uma quadra em concreto para a escola é uma solução abrangente e multifuncional que visa atender diversas necessidades da comunidade escolar. Essa infraestrutura representa não apenas um espaço físico, mas uma ferramenta pedagógica e social valiosa. Aqui está uma descrição mais detalhada da solução como um todo. E a quadra executada neste modelo, é a mais indicada e usual em escolas, sendo uma quadra de baixa manutenção e que permite a utilizada para diversos esportes.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade. A empresa que não possui registro no Estado do Paraná deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA e/ou CAU do seu Estado e, no caso de sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, quando da assinatura da Ata, visto do CREA- PR e/ou CAU-PR.

3.2 Se no momento da licitação a empresa estiver com Certidão Positiva de Débitos junto ao CREA/CAU, a mesma não será inabilitada no certame. Porém, sendo declarada vencedora do certame, deverá apresentar Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa em até 30 (trinta) dias após a adjudicação do certame.

3.3. Atestado(s) e/ou declaração(ões) em nome da proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de, pelo menos, um serviço de semelhante complexidade tecnológica e operacional, contemplando **piso em concreto armado com 338 m² ou 23,3 m³, e Alambrado com 106 m² de área.**

3.4 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) de qualificação técnica deverão conter descrição dos serviços prestados, contendo dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados nos domínios de qualificação técnica aqui apresentados.

3.5 É permitido a um PROPONENTE apresentar mais de um atestado emitido pela



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

mesma pessoa jurídica, desde que cada atestado seja referente a um projeto distinto. Entende-se por projetos distintos aqueles que apresentarem objetos diferentes entre si, representados por instrumentos contratuais distintos, ainda que os atestados sejam referentes à mesma disciplina.

3.6 Declaração indicando o(s) profissional(is) que atuará(ã)o como responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços licitados (Anexo XIII), sendo este(s) no mínimo 01 (um) Engenheiro(a) Civil e/ou Arquiteto(a).

3.7 A Declaração de Responsabilidade Técnica (Anexo XIII) deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) pela licitante, emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA" ou pelo "Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU" de execução de, no mínimo, um serviço de semelhante complexidade tecnológica e operacional, contemplando **piso em concreto armado com 338 m² ou 23,3 m³, e Alamebrado com 106 m² de área.**

3.8 Certidão de registro do(s) profissional(is) indicado(s) no Anexo XIII no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade.

3.9 Se no momento da licitação o(s) profissional(is) estiver(em) com Certidão Positiva de Débitos junto ao CREA/CAU, a licitante não será inabilitada no certame. Porém, sendo declarada vencedora do certame, deverá apresentar Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa do(s) profissional(is) elencado(s) em até 30 (trinta) dias após a adjudicação do certame, conforme previsto no Anexo I deste Edital.

3.10 O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deve(m) assinar a planilha de orçamento proposto, com indicação de número no conselho (CREA/CAU).

3.11 É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.

3.12 A empresa que não apresentar os requisitos mínimos de acervos técnicos citados nos itens anteriores estará inabilitada.

4. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O prazo de entrega da obra é de 120 (Cento e Vinte) dias, contados do(a) assinatura da ordem de serviço, respeitando cronograma físico financeiro da obra;

4.1.1. A fiscalização do contrato será realizada por Luiz Guilherme Franco Abrahão.

4.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.2. Os serviços deverão ser realizados no seguinte, na Escola Municipal Pedro Alberto Costa – próximo ao endereço na Rua Benjamin Constant Teixeira, nº 1079, Bairro Centro, Bocaiúva do Sul – PR, CEP 83450-000.

4.3. Os serviços e bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



4.4.Os serviços e bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5.Os serviços e bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.6.Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

5.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

5.3.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

5.4.O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.5.O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.6.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.7.O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

5.9.A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



5.10. As comunicações entre contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

5.11. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

5.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

5.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

5.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento do termo de conclusão provisório pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



6.7.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.8.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.9.Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.9.1 o prazo de validade;
- 6.9.2 a data da emissão;
- 6.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.9.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 6.9.5 o valor a pagar; e
- 6.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

6.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

6.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será contratado por meio de concorrência de licitação na forma prevista no art. 74, da Lei 14.133/2021.

8.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

A fornecedora deverá apresentar:

e) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

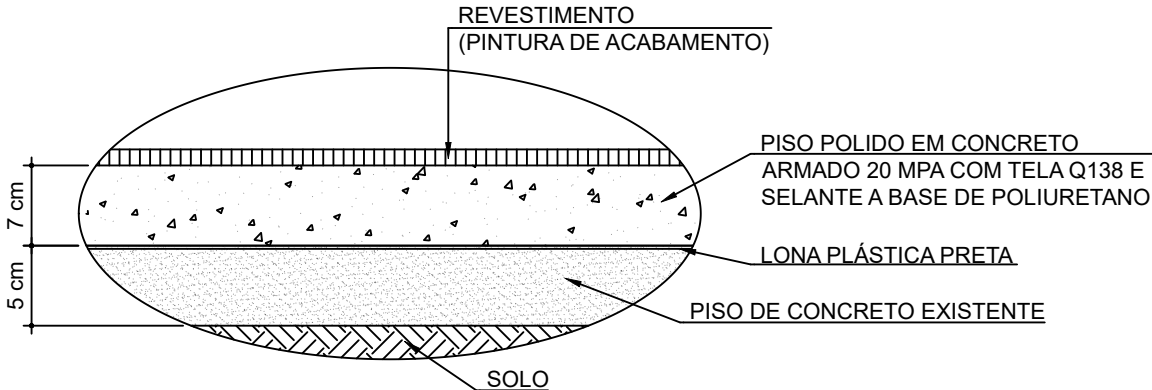
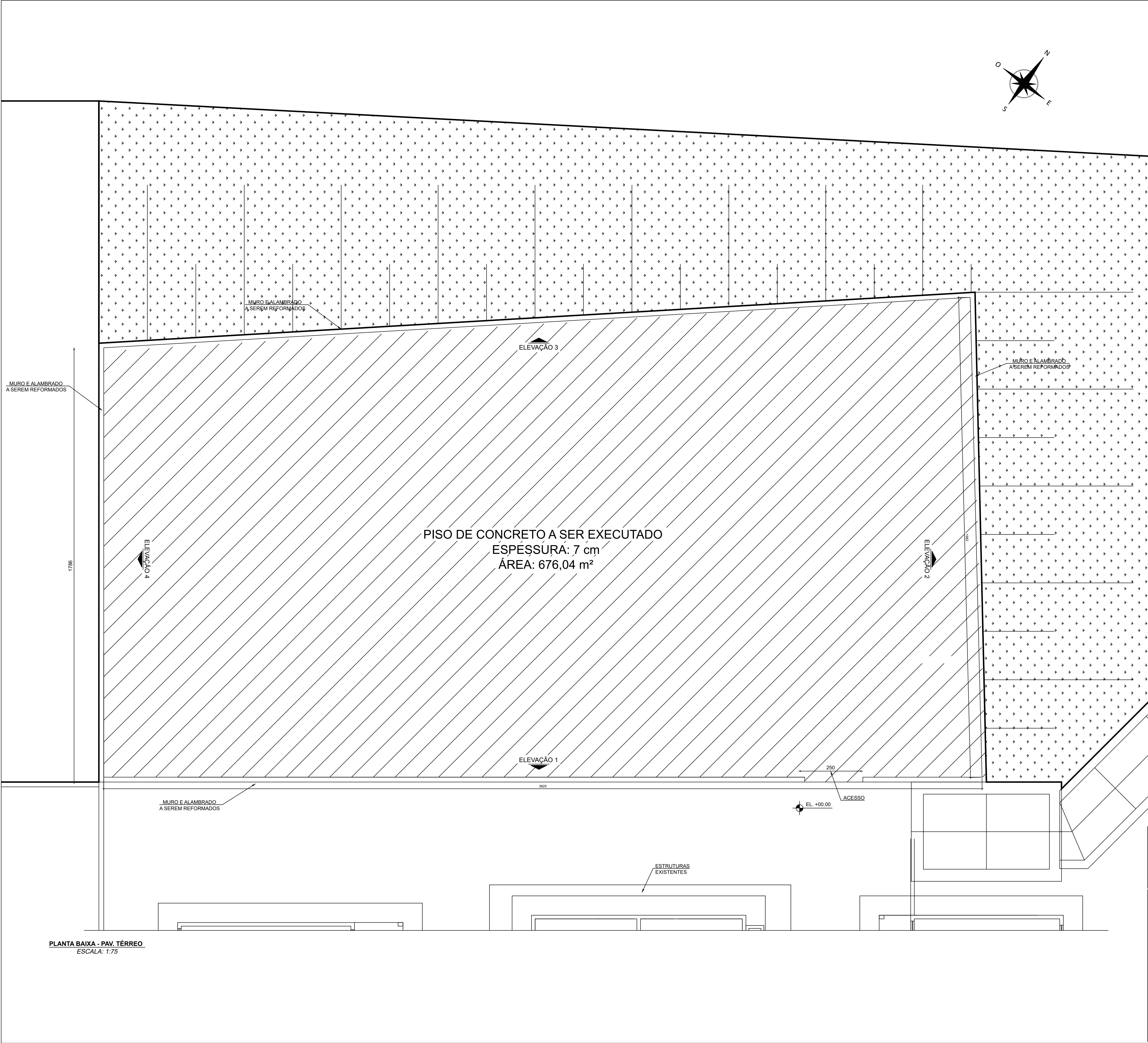
Em anexo

Bocaiúva do Sul, 24 de janeiro de 2024.

Carmem Bueno do Nascimento
Secretária Municipal de Educação e Cultura

APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA

Prefeito Municipal



SEÇÃO TÍPICA DO PISO
SEM ESCALA

APROVADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL EM 24/11/2023 DE ACORDO COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES.

Documento assinado digitalmente
MAIARA CAROLINA K. BERNARDI
Data: 24/11/2023 12:08:13 -0300
Verifique em <https://validar.jt.gov.br>

MAIARA CAROLINA K. BERNARDI
Arquiteta e Urbanista CAU A272013-2

Nota:
Dispensada aprovação no projeto pelo Corpo de Bombeiros conforme item 5.1.2.1 da NPA002 do Corpo de Bombeiros/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOCAIÚVA DO SUL

Obra
QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALBERTO COSTA

Título
-PLANTA BAIXA
-SEÇÃO TIPO

Responsável técnico
Documento assinado digitalmente
LUIZ GONZAGA GOUVEIA JUNIOR
Data: 24/11/2023 08:43:48-0300
Verifique em <https://validar.jt.gov.br>

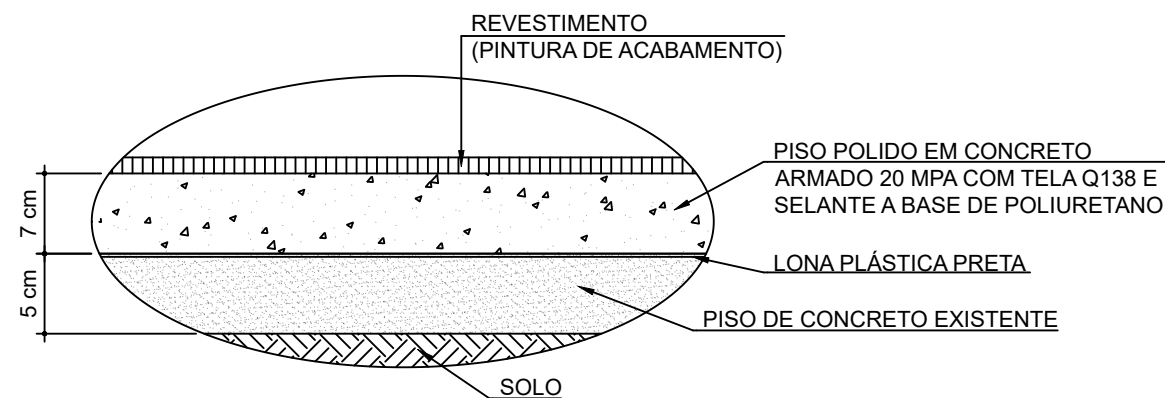
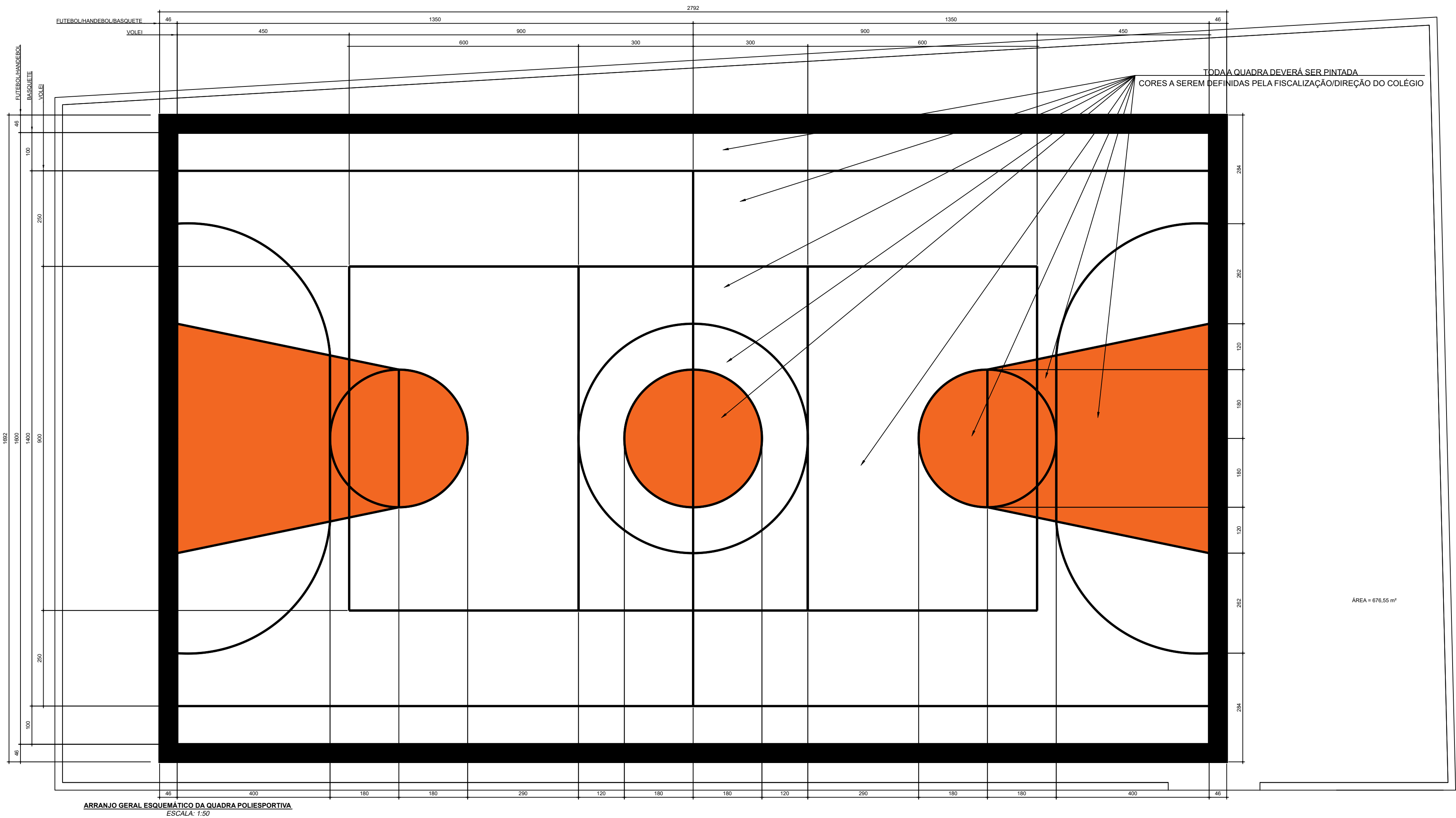
LUIZ GONZAGA GOUVEIA JUNIOR
Eng. civil - CREA PR 159.327/D

Contratante
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

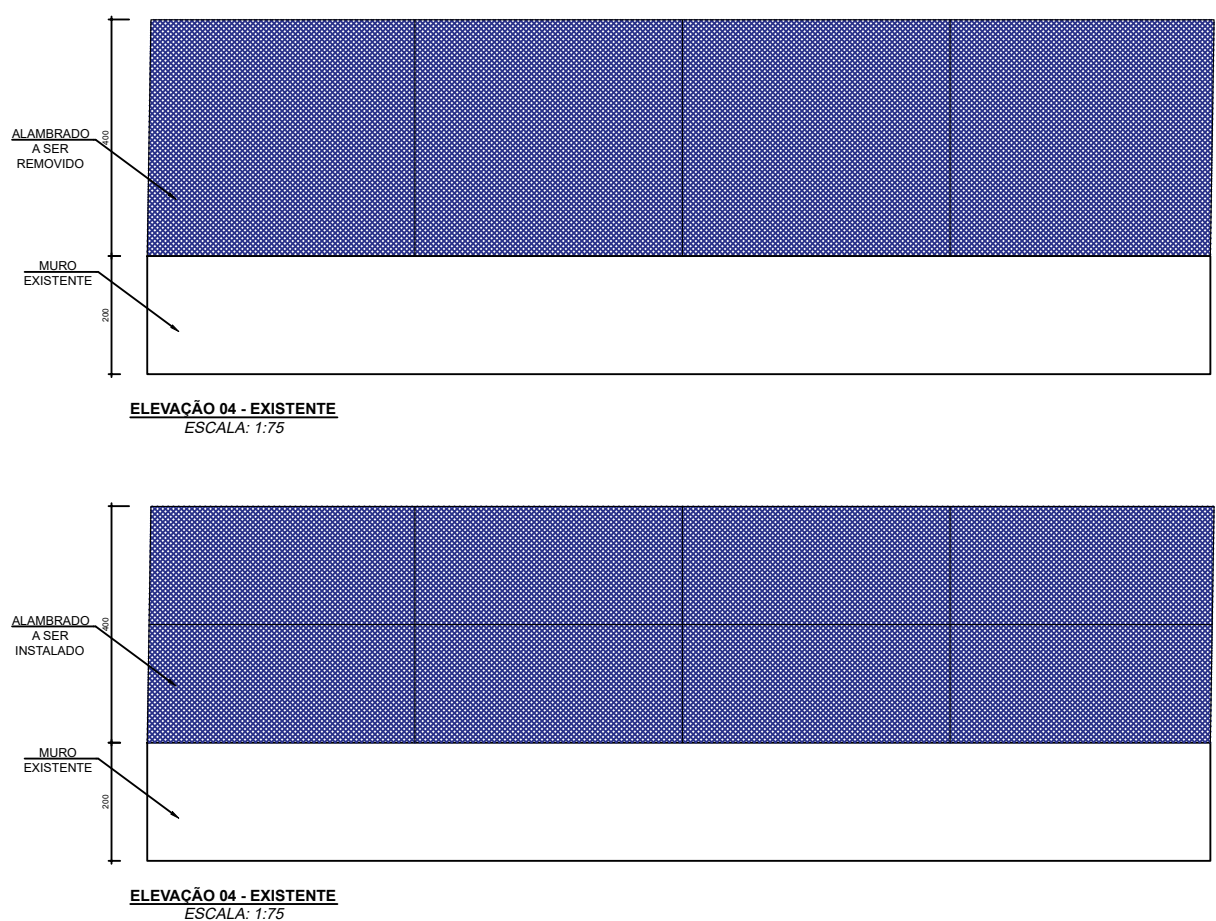
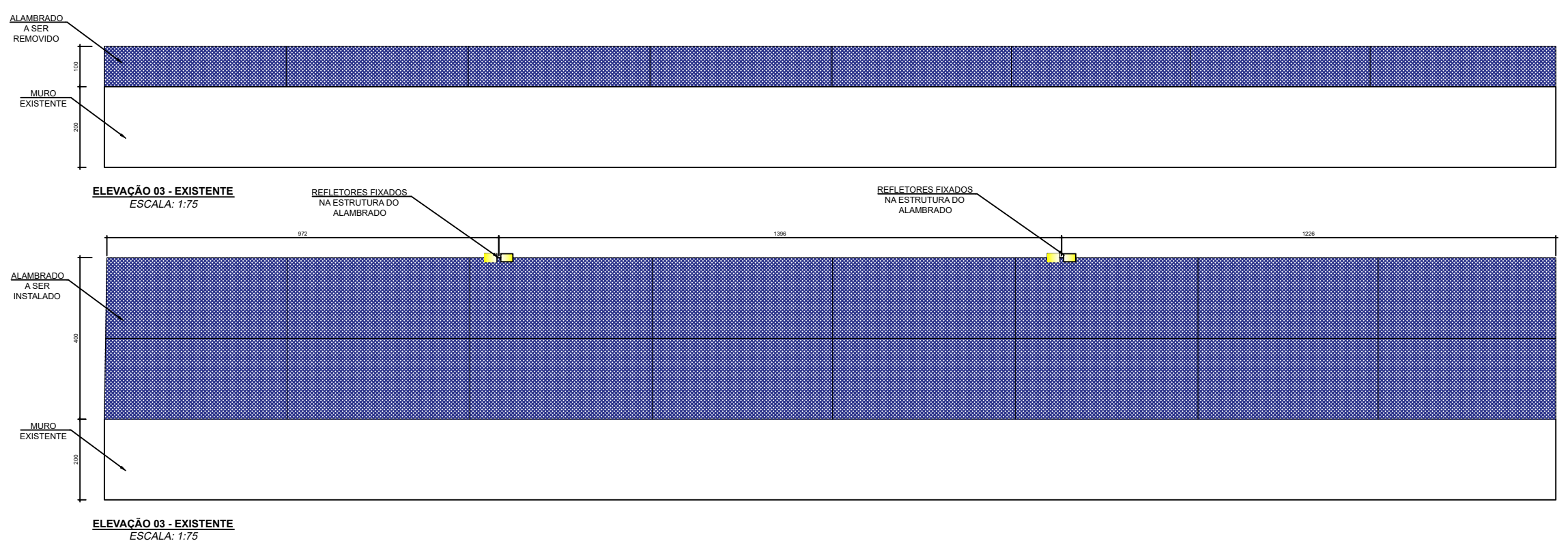
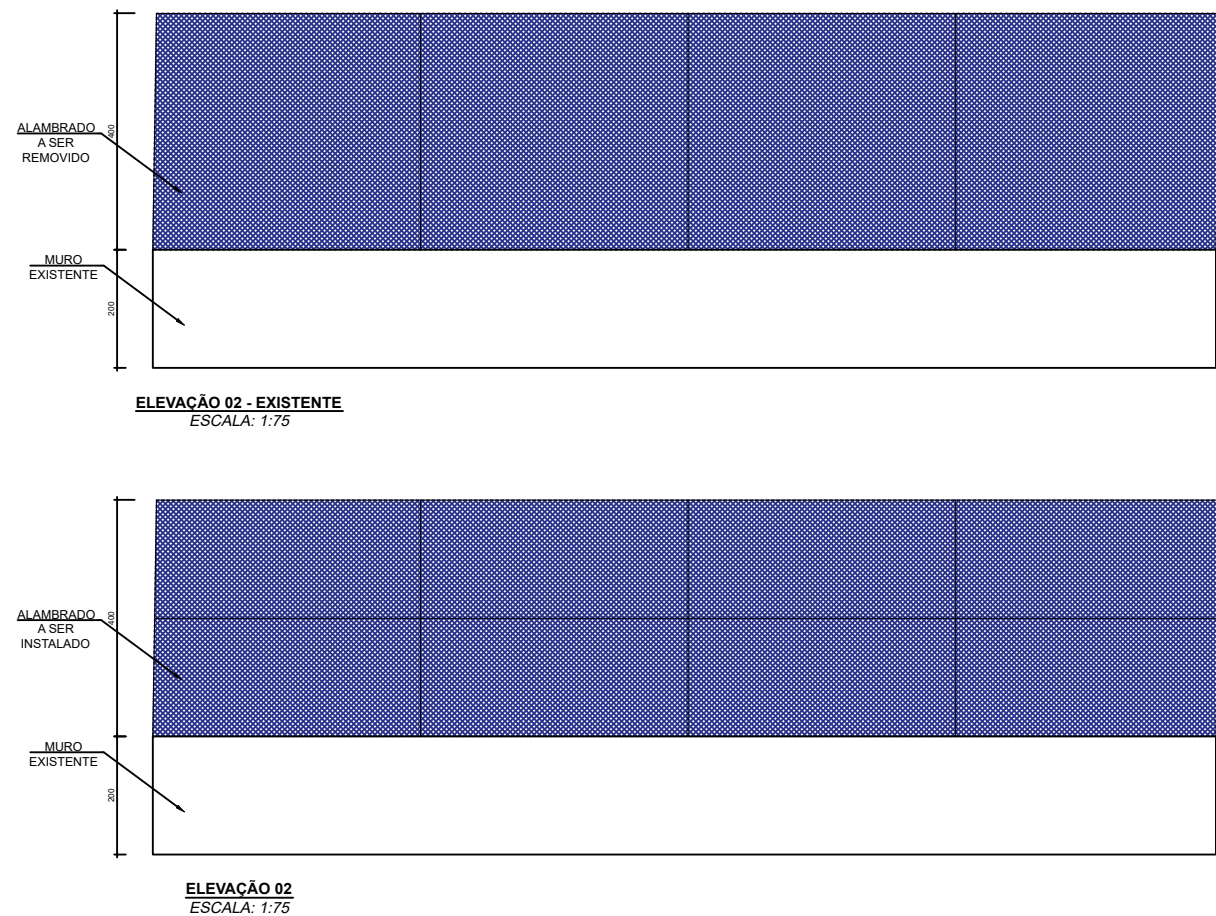
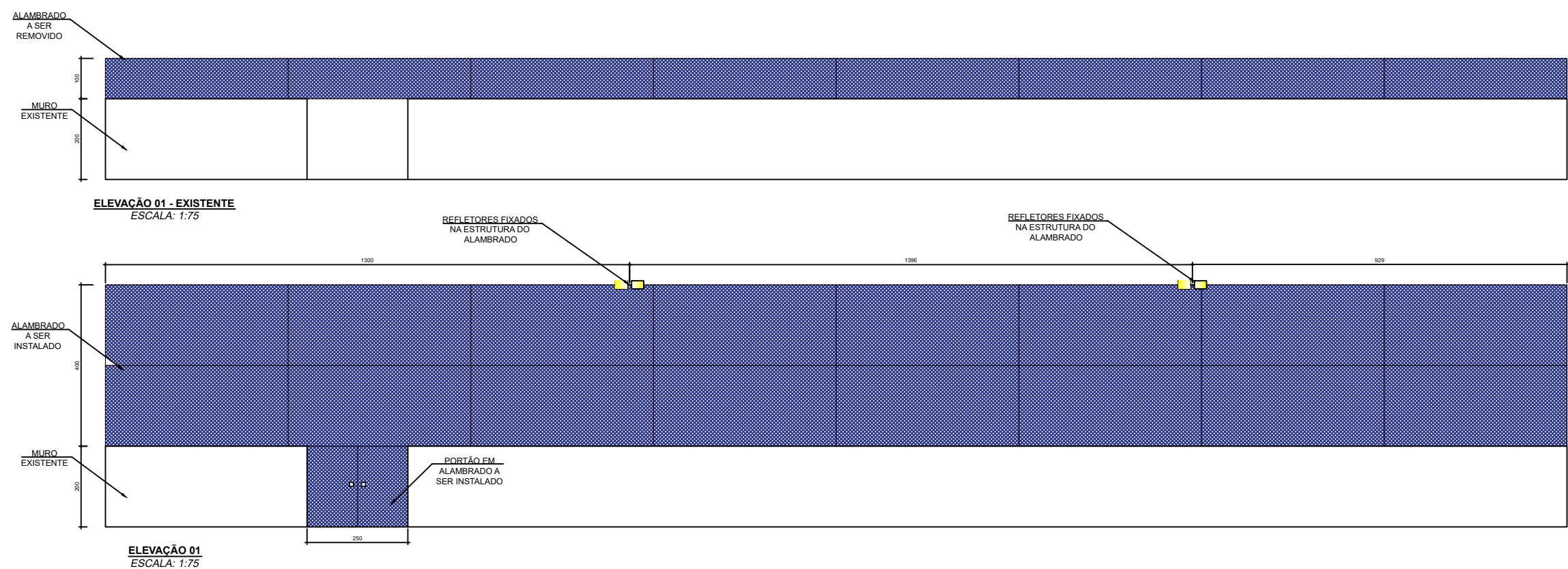
Endereço
RUA QUINTINO BOCAIÚVA, 519 - CENTRO

Escala
INDICADA
Data
11/2023

FOLHA
01/03



SEÇÃO TÍPICA DO PISO
SEM ESCALA



APROVADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL EM 24/11/2023 DE ACORDO COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES.

Documento assinado digitalmente
MAIARA CAROLINA KAVAK BERNARDI
Data: 24/11/2023 13:07:38-0300
Verifique em <https://validar.dl.gov.br>

MAIARA CAROLINA K. BERNARDI
Arquiteta e Urbanista CAU A272013-2

Nota:
Dispensada aprovação no projeto pelo Corpo de Bombeiros conforme item 5.1.2.1 da NPA002 do Corpo de Bombeiros/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOCAIÚVA DO SUL

Obra
QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALBERTO COSTA

Título
-ARRANJO DE PINTURA POLIESPORTIVA
-ELEVACÕES DO ALAMBRADO

Responsável técnico
Documento assinado digitalmente
LUIZ GONZAGA GOUVEIA JUNIOR
Data: 24/11/2023 08:43:44-0300
Verifique em <https://validar.dl.gov.br>

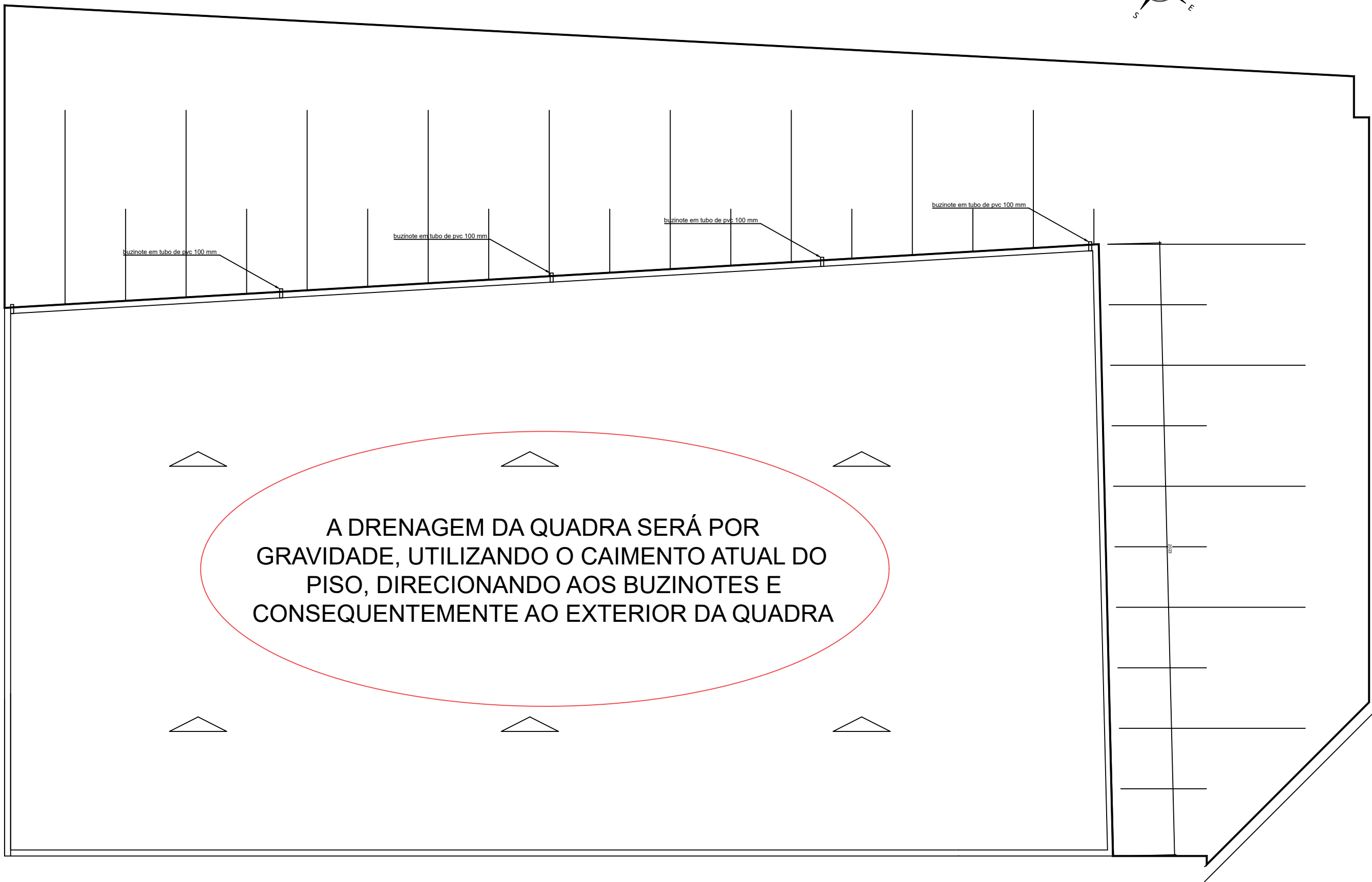
LUIZ GONZAGA GOUVEIA JUNIOR
Eng. civil - CREA PR 159.327/D

Contratante
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

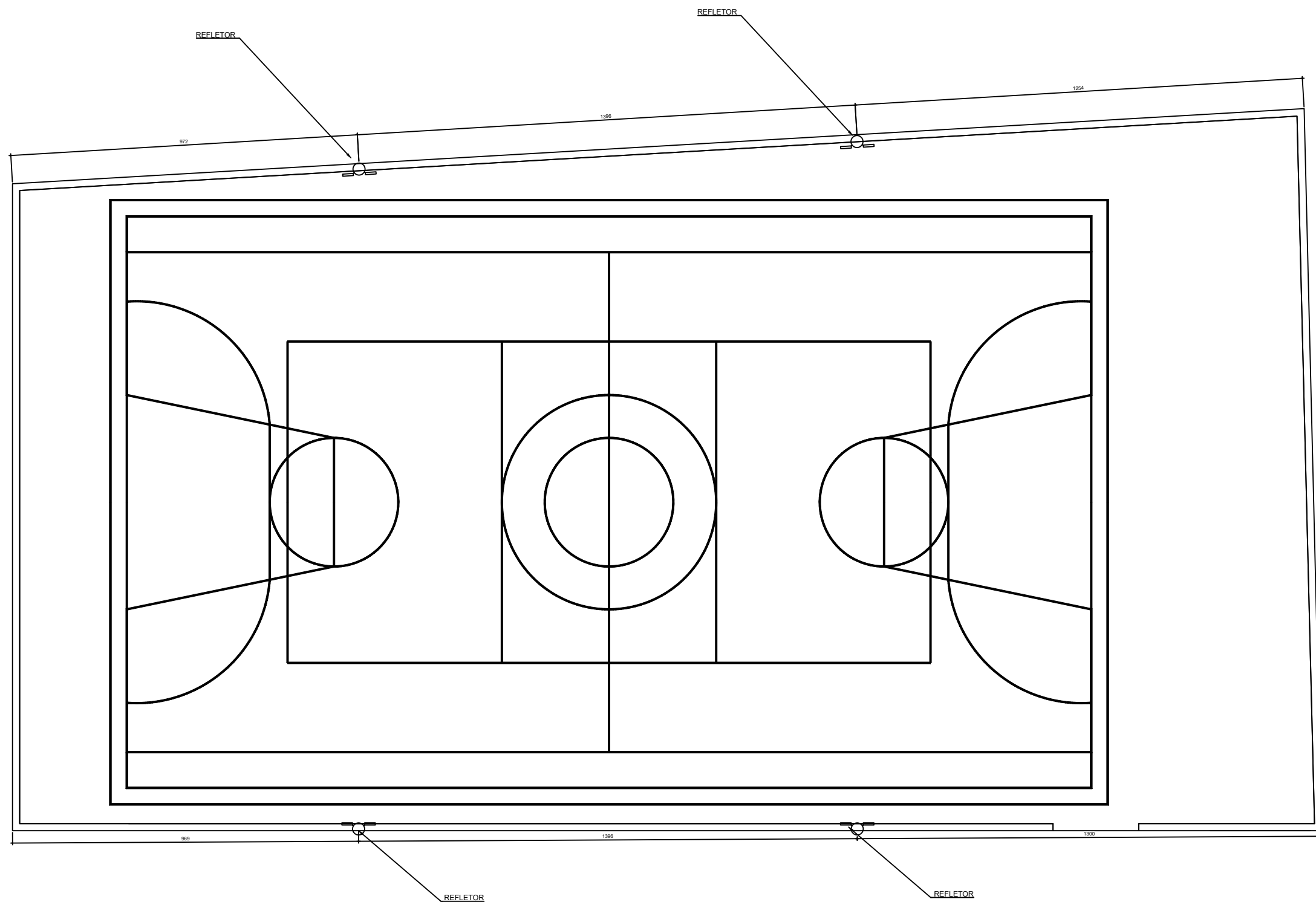
Endereço
RUA QUINTINO BOCAIÚVA, 519 - CENTRO

Escala
INDICADA
Data
11/2023

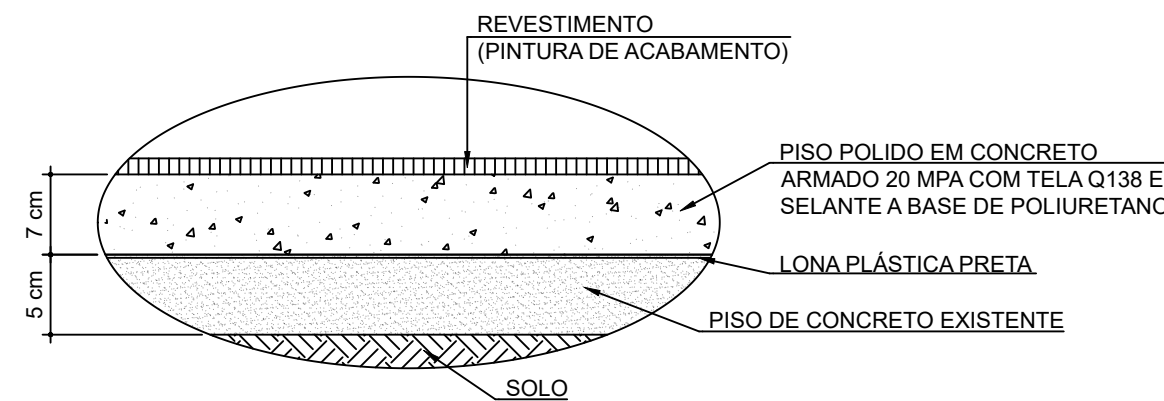
FOLHA
02/03



PROJETO DE DRENAGEM
ESCALA: 1:75



LOCALIZAÇÃO DOS REFLETORES
ESCALA: 1:50



SEÇÃO TÍPICA DO PISO
SEM ESCALA

APROVADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL EM 24/11/2023 DE ACORDO COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES.

Documento assinado digitalmente
MAIARA CAROLINA KAVAK BERNARDI
Data: 24/11/2023 13:56:53-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

MAIARA CAROLINA K. BERNARDI
Arquiteta e Urbanista CAU A272013-2

Nota:
Dispensada aprovação no projeto pelo Corpo de Bombeiros conforme item 5.1.2.1 da NPA002 do Corpo de Bombeiros/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

Obra
QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALBERTO COSTA

Título
-PROJETO DE DRENAGEM
-PLANTA DE LOCAÇÃO DE REFLETORES

Responsável técnico
Documento assinado digitalmente
LUIZ GONZAGA GOUVEIA JUNIOR
Data: 24/11/2023 15:45:19-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

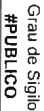
LUIZ GONZAGA GOUVEIA JUNIOR
Eng. civil - CREA PR 159.327/D

Contratante
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

Endereço
RUA QUINTINO BOCAIÚVA, 519 - CENTRO

Escala
INDICADA
11/2023

FOLHA
03/03



Grau de Sigilo
#PUBLICO

| APELIDO DO EMPREENDEDOR

Reforma Quadra Escola Pedro Alberto Costa

BDI 3
0.00%1

Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada

O organista verificou e atesta que a especificidade local justifica a manutenção do item como "AS" (atribuído São Paulo),

Documento assinado digitalmente

LUIZ GONZAGA GOUVEIA JUNIOR
Data: 21/11/2023 21:13:08-0300
Verifique em <https://valida1.iti.gov.br>

terça-feira 21 de novembro de 2023

terça-feira, 21 de novembro de 2023

PMV3.0.4

Responsável T₁
Nome: Luiz Gonzaga Gouveia Junior
CREA/CAU: 159.327/D
ART/RRT: 1720235777386



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROponente / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO		
1083031-18	928301	Prefeitura Municipal de Bocaiuva do Sul	Reforma Quadra Escola Pedro Alberto Costa		
LOCALIDADE SINAPI	DATA BASE	DESCRIÇÃO DO LOTE	MUNICÍPIO / UF	BDI 1	BDI 2
CURITIBA	09-23 (DES.)	Reforma Quadra Escola Pedro Alberto Costa	Bocaiuva do Sul/PR	26.42%	0.00%
				BDI 3	
				0.00%	

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Prego Unitário (com BDI) (R\$)	Prego Total (R\$)
Reforma Quadra Escola Pedro Alberto Costa									
1.1.			Administração Local						295.091,34
1.1.1.	Composição	COMP02	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO - MEDIDAS MÍNIMAS DE 1,5 METROS DE ALTURA POR 3 METROS DE LARGURA	M2	4,50	368,09	BDI 1	465,34	2.094,03
1.1.2.	SINAPI	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120,00	57,08	BDI 1	72,16	8.659,20
1.1.3.	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	60,00	98,81	BDI 1	124,92	7.495,20
1.1.4.	SINAPI	93208	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS, AF 02/2016	M2	6,00	995,21	BDI 1	1.258,14	7.548,84
1.2.			Execução de piso de concreto						115.627,39
1.2.1.	SINAPI	99811	LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO, AF 04/2019	M2	676,04	3,90	BDI 1	4,93	3.332,88
1.2.2.	SINAPI	97087	CANADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA, AF 09/2021	M2	676,04	2,62	BDI 1	3,31	2.237,69
1.2.3.	SINAPI	97086	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES, AF 09/2021	M2	7,49	140,95	BDI 1	178,19	1.334,64
1.2.4.	SINAPI	101747	PISO EM CONCRETO 20 MPa PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM, AF 09/2020	M2	676,04	72,52	BDI 1	91,68	61.979,35
1.2.5.	SINAPI	97090	ARMADAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-138, AF 09/2021	KG	1.487,29	14,48	BDI 1	18,31	27.232,28
1.2.6.	SINAPI	102492	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR, AF 05/2021	M2	472,41	26,37	BDI 1	33,34	15.750,15
1.2.7.	SINAPI	102504	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA ACRÍLICA, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL, AF 09/2021	M	280,00	10,62	BDI 1	13,43	3.760,40
1.3.			Reforma de muro existente						25.643,10
1.3.1.	Composição	COMP05	LIXAMENTO MANUAL, DE PAREDE EXTERNA SEM VÃOS E ALTURA MÁXIMA DE 3 M	M2	220,00	12,46	BDI 1	15,75	3.465,00
1.3.2.	SINAPI	96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS, AF 05/2017	M2	220,00	35,82	BDI 1	45,28	9.961,60
1.3.3.	SINAPI	96266	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS, AF 11/2016	M2	220,00	18,35	BDI 1	23,20	5.104,00
1.3.4.	SINAPI	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, AF 07/2019	M	110,00	50,43	BDI 1	63,75	7.012,50
1.4.			Remoção de alambreado existente						2.661,28
1.4.1.	SINAPI	104801	REMOÇÃO DE ALAMBRADOS PARA QUADRAS POLIESPORTIVAS, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO, AF 09/2023	M2	144,00	15,72	BDI 1	19,87	2.861,28
1.5.			Construção de alambreado						108.610,19

CENTRALIZADORA REGIONAL ATIV TÉCNICA HABITAÇÃO RECIFE - PE

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Partes: Caixa Econômica Federal - CNPJ 00.360.305/0001-04 e o MUNICÍPIO DE CORURUPE/AL - CNPJ 12.264.230/0001-47. Objeto: Trabalho Social, RESIDENCIAL MANOEL LESSA APF 0382.091-60. Valor: R\$ 301.436,00. Vigência: 31/05/2022 a 30/11/2023. Data da assinatura: 27/05/2022. MARCELO BELTRÃO SIQUEIRA e MÁRCIO ALVES DE BARROS

Partes: Caixa Econômica Federal - CNPJ 00.360.305/0001-04 e o MUNICÍPIO DE CORURUPE/AL - CNPJ 12.264.230/0001-47. Objeto: Trabalho Social, RESIDENCIAL NELSON COSTA APF 0381.720-53. Valor: R\$ 301.436,00. Vigência: 31/05/2022 a 30/11/2023. Data da assinatura: 27/05/2022. MARCELO BELTRÃO SIQUEIRA e MÁRCIO ALVES DE BARROS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Partes: Caixa Econômica Federal - CNPJ 00.360.305/0001-04 e o MUNICÍPIO DE PALMAS/TO - CNPJ 24.851.511/0001-85. Objeto: Cláusula 2, alteração da vigência. RESIDENCIAL LAGO SUL I APF 0373.310-26. Valor: R\$ 243.000,00 (sem alteração). Vigência: 01/06/2022 a 31/11/2022. Data da assinatura: 26/05/2022. CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO MANTOAN e PAULA ROVANI

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO BRASÍLIA - DF

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 928741/2022, firmado pelo Município de Cidade Ocidental-GO, CNPJ 36.862.621/0001-21; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto intervenções de qualificação viária no perímetro urbano do município de cidade ocidental - go.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 1.395.375,00; dos recursos: R\$ 1.345.375,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T17004, NE 2022NE000379, de 04/05/2022 e R\$ 50.000,00 de contrapartida. Vigência 31/05/2025 - 31/05/2022 Carlos André Lins Rodriguez e Fabio Correa de Oliveira.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CARUARU - PE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Repasse nº 929219/2022, firmado pelo Município de BOM JARDIM-PE, CNPJ 10.293.074/0001-17; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação de vias no perímetro urbano do município de Bom Jardim/PE; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 1.170.000,00; dos recursos: R\$ 1.152.697,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10026, NE 2022NE000476, de 09/05/2022 e R\$ 17.303,00 de contrapartida. Vigência 31/05/2025 - 31/05/2022 Rodrigo Ribeiro de Queiroz e JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CUIABÁ - MT

EXTRATO DE RESCISÃO

Contrato de Repasse nº 873563/2018/MAPA/CAIXA. CONTRATANTE: União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04, CONTRATADO: Município de Santo Antônio do Leverger/MT, CNPJ 03.507.555/0001-12; Objeto termo de rescisão. Fundamentação legal: Portaria Interministerial 424/2016. Data da rescisão 30 de Maio de 2022.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO CURITIBA - PR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Repasse nº 928301/2022, firmado pelo Município de Bocaiúva do Sul-PR, CNPJ 76.105.592/0001-78; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção e modernização da quadra de esportes do município de Bocaiúva do Sul/pr; Programa Esporte; Valor: R\$ 289.500,00; dos recursos: R\$ 286.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812502600SL0041, NE 2022NE000086, de 26/04/2022 e R\$ 3.000,00 de contrapartida. Vigência 30/08/2024 - 27/05/2022 CELIO AMÉRICO ALVES IZIDORO e ANTONIO LUIZ GUSSO.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO FEIRA DE SANTANA - BA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 926578/2022, firmado pelo Município de CORONEL JOÃO SÁ-BA, CNPJ 14.215.818/0001-36; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de pista de skate, patins e similares no município de coronel joão sá; Programa Esporte; Valor: R\$ 956.000,00; dos recursos: R\$ 955.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 180006, Gestão 00001, Programa de Trabalho 27812502600SL0001, NE 2022NE000022, de 14/04/2022 e R\$ 1.000,00 de contrapartida. Vigência 05/05/2025 - 31/05/2022 MAINE SANTIAGO OLIVEIRA SAMPAIO e CARLOS AUGUSTO SILVEIRA SOBRAL.

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 927236/2022, firmado pelo Município de QUIJINGUE-BA, CNPJ 13.698.782/0001-26; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto construção de passagem molhada na zona rural do município de quijingue/ba; Programa Agropecuária Sustentável; Valor: R\$ 398.500,00; dos recursos: R\$ 382.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608103120ZV0029, NE 2022NE000004, de 04/04/2022 e R\$ 16.500,00 de contrapartida. Vigência 05/05/2025 - 31/05/2022 MAINE SANTIAGO OLIVEIRA SAMPAIO e WELIGTON CAVALCANTE DE GÓIS.

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 927905/2022, firmado pelo Município de CONDE-BA, CNPJ 14.126.692/0001-23; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO TURISMO, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto reforma e construção de infraestrutura na praça das barracas, no município de conde - ba - 2ª etapa.; Programa A Hora do Turismo; Valor: R\$ 500.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 2369522310V00029, NE 2022NE000055, de 08/04/2022 e R\$ 18.896,00 de contrapartida. Vigência 05/05/2025 - 24/05/2022 MAINE SANTIAGO OLIVEIRA SAMPAIO e Antonio Eduardo Lins de Castro.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO FORTALEZA - CE

EXTRATO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: Contrato De Repasse nº 861476/2017MTUR/CAIXA. Contratante: AGEVAP/PC/União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO TURISMO, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04. Contratado Município de Cariré/CE. CNPJ 07.598.600/0001-42. Objeto termo de rescisão/ distrato. Fundamentação legal: Portaria Interministerial nº426/2016. Data Da Rescisão 30 de maio de 2022.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO GOIÂNIA - GO

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 928782/2022, firmado pelo Município de Castelândia-GO, CNPJ 37.275.849/0001-88; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto adequação de vias no município de Castelândia-GO; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 578.603,00; dos recursos: R\$ 578.003,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10052, NE 2022NE000416, de 04/05/2022 e R\$ 600,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2025 - 30/05/2022 Davi Quirino Rodrigues e Marcos Antônio Carlos.

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 928712/2022, firmado pelo Município de Jandaia-GO, CNPJ 02.879.138/0001-38; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto recapeamento de vias urbanas no município de Jandaia-GO.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 482.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10052, NE 2022NE000355, de 04/05/2022 e R\$ 896,00 de contrapartida. Vigência 29/05/2023 - 30/05/2022 DAVI QUIRINO RODRIGUES e MILENA PEREIRA LOPES MOURA.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO GOVERNADOR VALADARES - MG

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 929217/2022, firmado pelo Município de Guanhões-MG, CNPJ 18.307.439/0001-27; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação das vias urbanas, sendo: rua das Hortências e rua das Camélias no bairro Jardins no município de Guanhões MG; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 388.047,05; dos recursos: R\$ 384.205,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 175004, Gestão 000001, Programa de Trabalho 15451221900T10031, NE 2022NE000474, de 09/05/2022 e R\$ 3.842,05 de contrapartida. Vigência 30/05/2022 - 30/05/2025 Cleber Roberval Salvador Oliveira e Dóris Campos Coelho.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO JOÃO PESSOA - PB

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 927234/2022, firmado pelo Município de BARAÚNA - PB, CNPJ 01.612.512/0001-71; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto reforma e/ou ampliação de mercado público.; Programa Agropecuária Sustentável; Valor: R\$ 574.000,00; dos recursos: R\$ 573.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608103120ZV0025, NE 2022NE000053, de 23/05/2022 e R\$ 1.000,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2025 - 30/05/2022 JOVÂNIO GOMES DA SILVA e MANASSÉS GOMES DANTAS.

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 928793/2022, firmado pelo Município de SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS - PB, CNPJ 08.882.730/0001-75; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação de ruas no município de São José de Espinharas - PB; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 260.000,00; dos recursos: R\$ 258.236,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T10025, NE 2022NE000425, de 04/05/2022 e R\$ 1.764,00 de contrapartida. Vigência 30/05/2025 - 30/05/2022 JOVÂNIO GOMES DA SILVA e ANTÔNIO GOMES DA COSTA NETTO.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO NATAL - RN

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 928127/2022, firmado pelo Município de Nísia Floresta - RN, CNPJ 08.167.306/0001-49; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO TURISMO, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação de acesso à Orla da Lagoa do Bonfim na Ponta das Negras no Município de Nísia Floresta/RN 2ª etapa; Programa A Hora do Turismo; Valor: R\$ 578.583,00; dos recursos: R\$ 578.003,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 540007, Gestão 00001, Programa de Trabalho 2369522310V00024, NE 2022NE000072, de 14/04/2022 e R\$ 580,00 de contrapartida. Vigência 01/05/2025 - 30/05/2022 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e Daniel Gurgel Marinho Fernandes.

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 927879/2022, firmado pelo Município de São Tomé - RN, CNPJ 08.080.210/0001-49; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO TURISMO, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Construção do Terminal Rodoviário Intermunicipal e Interestadual do Município de São Tomé/RN.; Programa A Hora do Turismo; Valor: R\$ 482.000,00; dos recursos: R\$ 481.104,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 540007, Gestão 0001, Programa de Trabalho 2369522310V00024, NE 2022NE000029, de 08/04/2022 e R\$ 896,00 de contrapartida. Vigência 01/05/2025 - 27/05/2022 Silvío José Conceição e Anteonmar Pereira da Silva.

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 928756/2022, firmado pelo Município de Bom Jesus-RN, CNPJ 08.002.404/0001-26; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação de diversas ruas urbanas no Município de Bom Jesus - RN.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 240.000,00; dos recursos: R\$ 238.893,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T17006, NE 2022NE000394, de 04/05/2022 e R\$ 1.107,00 de contrapartida. Vigência 01/05/2025 - 27/05/2022 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e Clécio da Câmara Azevedo.

ESPÉCIE: Contrato de Repasse nº 928749/2022, firmado pelo Município de Bom Jesus-RN, CNPJ 08.002.404/0001-26; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação de diversas ruas urbanas no Município de Bom Jesus - RN.; Programa Mobilidade Urbana; Valor: R\$ 1.443.714,00; dos recursos: R\$ 1.441.714,00, correrão à conta da União no exercício de 2022, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221900T17006, NE 2022NE000387, de 04/05/2022 e R\$ 2.000,00 de contrapartida. Vigência 01/05/2025 - 30/05/2022 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e Clécio da Câmara Azevedo.

PARECER CONTÁBIL PARA INFORME DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

NÚMERO 043 2024
DATA: 27/02/2024
REQUERENTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROTOCOLO 248/2024
NÚMERO DA REQUISIÇÃO 402/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMA NA
QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALBERTO COSTA

VALOR R\$ 295.091,34

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura solicita a contratação de empresa para a realização de reforma na quadra esportiva da Escola Municipal Pedro Alberto Costa por meio do convênio 928301/2022. As dotações orçamentárias disponíveis para realização da despesa estão em relação anexa. Possíveis insuficiências orçamentárias serão supridas com abertura de créditos adicionais.

Desdobramentos

01.05

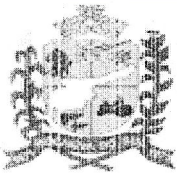
ESCOLAS/COLÉGIOS

Descrição

É o parecer.



MARCOS NISHIDA AOKI
CONTADOR
CRC-PR 04478310-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL

CNPJ: 76.105.592/0001-78

** Elotech **

27/02/2024

Paraná

Saldo de Dotações

Período: Janeiro a Fevereiro

Reduzido: 185 Programática: 09.003.12.361.0017.1.003.4.4.90.51.00.00. Especificação Fonte: 00103

Descrição: OBRAS E INSTALAÇÕES

<u>Vlr Previsto</u>	<u>Vlr Sup.</u>	<u>Vlr Redução</u>	<u>Vlr Reserv.</u>	<u>Vlr Corrig.</u>	<u>Orc. Atualizado</u>	<u>Vlr Solicit.</u>	<u>Vlr NAD</u>	<u>Vlr Empenho</u>	<u>Saldo a Solic.</u>
100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00

Reduzido: 186 Programática: 09.003.12.361.0017.1.003.4.4.90.51.00.00. Especificação Fonte: 00104

Descrição: OBRAS E INSTALAÇÕES

<u>Vlr Previsto</u>	<u>Vlr Sup.</u>	<u>Vlr Redução</u>	<u>Vlr Reserv.</u>	<u>Vlr Corrig.</u>	<u>Orc. Atualizado</u>	<u>Vlr Solicit.</u>	<u>Vlr NAD</u>	<u>Vlr Empenho</u>	<u>Saldo a Solic.</u>
100,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.100,00	0,00	0,00	0,00	9.100,00

Reduzido: 792 Programática: 09.003.12.361.0017.1.003.4.4.90.51.00.00. Especificação Fonte: 147

Descrição: OBRAS E INSTALAÇÕES

<u>Vlr Previsto</u>	<u>Vlr Sup.</u>	<u>Vlr Redução</u>	<u>Vlr Reserv.</u>	<u>Vlr Corrig.</u>	<u>Orc. Atualizado</u>	<u>Vlr Solicit.</u>	<u>Vlr NAD</u>	<u>Vlr Empenho</u>	<u>Saldo a Solic.</u>
0,00	286.500,00	0,00	0,00	0,00	286.500,00	0,00	0,00	0,00	286.500,00

Reduzido: 208 Programática: 09.003.12.361.0017.2.029.4.4.90.51.00.00. Especificação Fonte: 00102

Descrição: OBRAS E INSTALAÇÕES

<u>Vlr Previsto</u>	<u>Vlr Sup.</u>	<u>Vlr Redução</u>	<u>Vlr Reserv.</u>	<u>Vlr Corrig.</u>	<u>Orc. Atualizado</u>	<u>Vlr Solicit.</u>	<u>Vlr NAD</u>	<u>Vlr Empenho</u>	<u>Saldo a Solic.</u>
1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Reduzido: 329 Programática: 09.007.13.392.0020.2.036.4.4.90.51.00.00. Especificação Fonte: 01000

Descrição: OBRAS E INSTALAÇÕES

<u>Vlr Previsto</u>	<u>Vlr Sup.</u>	<u>Vlr Redução</u>	<u>Vlr Reserv.</u>	<u>Vlr Corrig.</u>	<u>Orc. Atualizado</u>	<u>Vlr Solicit.</u>	<u>Vlr NAD</u>	<u>Vlr Empenho</u>	<u>Saldo a Solic.</u>
100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00

Totalizações:

<u>Vlr Previsto</u>	<u>Vlr Sup.</u>	<u>Vlr Redução</u>	<u>Vlr Reserv.</u>	<u>Vlr Corrig.</u>	<u>Orc. Atualizado</u>	<u>Vlr Solicit.</u>	<u>Vlr NAD</u>	<u>Vlr Empenho</u>	<u>Saldo a Solic.</u>
1.300,00	295.500,00	0,00	0,00	0,00	296.800,00	0,00	0,00	0,00	296.800,00